PORTARIAS DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 193 - Designar, a partir da publicação desta portaria, JULIANO GISLON LUCIANO, Analista Judiciário, área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, lotado na 3ª Vara do Trabalho de Campinas, para exercer a função comissionada de Assistente FC-02, constante da Tabela de Funções Comissionadas.

Nº 194 - Designar, a partir da publicação desta portaria, as servidoras abaixo, Analistas Judiciários, área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, lotadas no Gabinete do Juiz Convocado em Vaga de Aposentadoria do Desembargador Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva:

- LOISE MOSCIATI, para exercer a função comissionada de Chefe de Gabinete FC-05, constante da Tabela de Funções Comissionadas, dispensando-a da função comissionada de Assistente Técnico de Gabinete de Desembargador FC-04;

- SORAYA MARIA PROENÇA VIEIRA COSTA, para exercer a função comissionada de Assistente Técnico de Gabinete de Desembargador FC-04, constante da Tabela de Funções Comissionadas, dispensando-a da função comissionada de Assistente Administrativo FC-03.

LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 129, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no PA-333/2015, R E S O L V E Retificar a Portaria GP nº 118, de 11 de fevereiro de 2015, para que passe a assim constar:

"1. Exonerar, a pedido, CAMILA MUNIZ PINTO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, B-10, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, matrícula 308.16.1020, do cargo comissionado CJ-03 de Diretor de Secretaria da 4ª Vara do Trabalho de São Luís, criado pela Lei 8.432 de 11 de junho de 1992, e designá-la para exercer a função comissionada FC-4-Calculista 1, vinculada à referida Vara. 2. Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 02/03/2015".

LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 70, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais

Considerando o requerimento, datado de 4 de fevereiro de 2015, do candidato EDUARDO MORAIS SILVA que formalizou o pedido de final de lista no concurso público de 2013 para provimento de cargos de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região,resolve:

Deferir a renúncia à nomeação do candidato EDUARDO MORAIS SILVA, aprovado em 59º lugar no concurso público realizado em 2013 para provimento do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, deste Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em face de desistência formalmente apresentada pelo mencionado candidato, ficando, consequentemente, deslocada a sua colocação para o último lugar na lista de classificados do certame.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

PORTARIA Nº 75, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato EDUARDO MORAIS SILVA constante da Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe Nº 5/2015, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho nº 1646/2015, de 16.1.2015, e no Diário Oficial da União - Seção 2, nº 12, de 19.1.2015, em face da desistência formalmente apresentada pelo mencionado candidato.

Art. 2º Nomear a candidata abaixo nominada, aprovada em concurso público, para ocupar, em caráter efetivo, sob a égide da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cargo da carreira de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, observada a ordem de classificação e cuja origem da vaga se especifica:

66º lugar - VANESSA CONCEICAO DE AQUINO

Origem da Vaga: Vacância, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, do cargo ocupado pelo servidor Flávio de Jesus Loiola.

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

ATO Nº 157, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e de acordo com o constante do PROAD nº 507/2015, resolve:

APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais (30/30), a servidora NÚBIA MARIA AZEVEDO DE BRITO, matrícula 308.21.0396, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, de acordo com o artigo 3º da EC nº 47/2005, compostos do vencimento do cargo efetivo, da Gratificação de Atividade Judiciária, incidente sobre o vencimento básico, de acordo com o Art. 13 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei nº 12.774/2012, mais as seguintes vantagens: 10% (dez por cento) de adicional por tempo de serviço, conforme Art. 67 da Lei nº 8.112/90; 5/5 (cinco quintos) de Função Comissionada, sendo 2/5 (dois quintos) da Função Comissionada de Responsável pelo Setor de Audiências, FC 02, e 3/5 (três quintos) da Função Comissionada de Datilógrafo de Gabinete, FC 02, a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, de acordo com o § 2º do Art. 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, c/c o Art. 2º da Lei nº 9.624, de 02 de abril de 1998, e a vantagem do Art. 2º da Lei nº 8.911/1994, nos termos da Resolução Administrativa nº 1390/2010 - TST, incidente sobre a Função Comissionada de Datilógrafo de Gabinete, FC-02.

Des. JOSEANE DANTAS DOS SANTOS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

ATO Nº 31, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO EDSON BUENO DE SOUZA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, § 1º, alínea "c", do Regimento Interno, considerando o contido no Memorando GAB.DES.OC N. 004/2015 - Gabinete do Exmo. Desembargador Osmair Couto, de 11/fevereiro/2015, resolve:

Exonerar a servidora LAISE BARROS ROCHA (L074-9), Técnico Judiciário, Área Administrativa, matrícula 308.23.760, do Cargo em Comissão CJ 03 - Assessor de Juiz, no Gabinete do Desembargador Osmair Couto, a partir de 1º/março/2015.

EDSON BUENO DE SOUZA

ATO Nº 32, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO EDSON BUENO DE SOUZA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, § 1º, alínea "c", do Regimento Interno, considerando o contido no Memorando GAB.DES.OC N. 004/2015 - Gabinete do Exmo. Desembargador Osmair Couto, de 11/fevereiro/2015, resolve:

I - Nomear o servidor RENATO DE OLIVEIRA LUZ (R026-1), Analista Judiciário, Área Judiciária, Sem Especialidade, matrícula n. 308.23.346, para exercer o Cargo em Comissão CJ 03 - Assessor de Juiz, do Gabinete do Desembargador Osmair Couto, a partir de 1º/março/2015.

II - Cessar, a partir da mesma data, os efeitos da Portaria TRT/DG - 2462/2014.

EDSON BUENO DE SOUZA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

PORTARIA Nº 2, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

A Presidente do CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que o prazo de 30 (trinta) dias, estabelecido na Portaria nº. 037/14, de 23 de dezembro de 2014, para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa, instituída por meio deste ato normativo, se encerra no próximo dia 15 de fevereiro de 2015;

Considerando a solicitação de prorrogação deste prazo encaminhada pela Comissão de Sindicância por meio do ofício 007/15/CS/CFP, em conformidade com a previsão legal inserida no parágrafo único do artigo 145 da Lei nº 8.112/90, bem como no artigo 3° da referida Portaria, a fim de possibilitar a conclusão dos trabalhos da Comissão;

Considerando, ainda, as justificativas apresentadas da necessidade de prorrogação do prazo para a integral produção de todos os elementos imprescindíveis à instrução do processo;resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa, instituída por meio da Portaria nº. 037/14, de 23 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARIZA MONTEIRO BORGES

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

O Presidente da Junta Governativa do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas - COREN-AM, em conjunto com o Membro da Junta Governativa no uso das atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas pela Lei 5.905/1973 e legislações complementares em vigor e; CONSIDERANDO a decisão Cofen 313º de Dezembro de 2014 Designando uma Junta Governativa; CONSIDERANDO a decisão 002/2015 Coren/AM que trata sobre cargos de comissão e livre nomeação e exoneração; resolvem:

Art. 1º - Designar como Prcurador Geral do COREN-AM, Dr.Marcos Paulo coelho de Souza, OAB-AM nº 4395. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CLODOALDO DA SILVA ALMEIDA
Presidente da Junta Governativa

MIRIAN SANTOS DA SILVA LOPES
Membro da Junta Governativa

Editais e Avisos

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL
NO RIO GRANDE DO NORTE
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015
SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

A CHEFE DO SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 229, de 22.10.99, publicada no DOU de 11.11.99, em conformidade com as disposições estabelecidas pelo Decreto nº 7.862/2012, de 08 de dezembro de 2012, Portaria nº 08 - GM/MP, de 07 de janeiro de 2013, e pela Orientação Normativa SEGEP Nº 1, de 10 de janeiro de 2013, resolve,

1. Tornar pública a relação dos aposentados e/ou pensionistas que terão o pagamento do provento e/ou benefício de pensão suspenso por motivo de não atendimento à convocação e respectiva notificação para realizar o recadastramento anual, no mês do aniversário:

CPF	Nome	Situação
942.012.004-00	IONEIDE BRITO DA SILVA	Pensionista
139.090.454-72	LENIRA VIEIRA DA COSTA	Pensionista
085.563.424-34	FRANCISCO PRUDÊNCIO DA SILVA	Aposentado
005.915.054-87	JOÃO BATISTA RIBEIRO	Aposentado
026.792.724-04	SEBASTIÃO SOARES CORREIA	Aposentado

2. O restabelecimento do pagamento do provento e/ou do benefício de pensão fica condicionado ao recadastramento mediante comparecimento pessoal do interessado na Unidade de Recursos Humanos, sito à av. alexandrino de Alencar nº 1402 - Tirol - Natal/RN, portando a documentação estabelecida nos arts. 5º e 6º da ON SEGEP Nº 1, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2013.

3. Na hipótese de moléstia grave ou de impossibilidade de locomoção do aposentado e/ou pensionista deverá ser solicitada visita técnica, por meio do telefone (84) 3220 4711, para comprovação de vida do titular do benefício, ficando o pagamento restabelecido provisoriamente até que seja realizada a visita.

MARIA ELIZABETE SILVA DE MOURA

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL Nº 19, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015
REATIVAÇÃO DE PAGAMENTO

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das suas atribuições regimentais e nas que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD n.º 202, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 2010 e em cumprimento ao Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012, resolve:

I - Tornar pública a reativação de pagamento dos aposentados e/ou pensionistas, abaixo citados, que cumpriram os termos do artigo 12 da Orientação Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.